

ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ  
HELOISA PAULO  
COORD.



# A CULTURA DO PODER

A PROPAGANDA NOS ESTADOS AUTORITÁRIOS

**NACIONALISMO, OPOSIÇÃO  
E PROPAGANDA POLÍTICA EM ANGOLA  
(1945-1961)**

*Fernando Tavares Pimenta*

Este texto coloca em perspectiva as formas de propaganda política usadas pelos meios oposicionistas brancos ao Estado Novo em Angola. Num primeiro momento, faremos a análise da campanha eleitoral encetada pela oposição branca angolana aquando das eleições para a Assembleia Nacional em 1945. Daremos especial atenção à acção do Movimento de Unidade Democrática (MUD). Num segundo momento, colocaremos em perspectiva a acção política desenvolvida pelas Comissões de Candidatura de Arlindo Vicente e do General Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958. Por fim, teremos em consideração a forma como um determinado grupo de nacionalistas brancos – a Frente de Unidade Angolana (FUA) – levou a cabo a sua propaganda política a favor da independência de Angola em 1961.

**AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 1945**

Em 8 de Maio de 1945 a guerra terminou na Europa. A vitória das democracias na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial tornou anacrónica a continuidade da ditadura salazarista no novo quadro internacional.

Para sobreviver politicamente, Salazar foi obrigado a fazer reformas, de modo a dar externamente a aparência de que o regime se estava a democratizar. Salazar chegou mesmo a definir o Estado Novo de “Democracia Orgânica”, ao mesmo tempo que prometeu eleições livres como na “livre Inglaterra”<sup>1</sup>. Foi neste contexto de uma certa abertura política que o governo português publicou uma nova lei eleitoral (decreto n.º 34.939, de 22 de Setembro de 1945), a qual criou as condições para o aparecimento de uma “oposição condicionada”. Em 2 de Outubro de 1945, a nova lei eleitoral foi estendida às colónias (decreto n.º 34.963)<sup>2</sup>, ao mesmo tempo que elevou o número de deputados da Assembleia Nacional de noventa a cento e vinte, dos quais três eram eleitos por Angola, que constituía um único círculo eleitoral<sup>3</sup>. Em 8 de Outubro de 1945, os republicanos e democratas portugueses fundaram uma plataforma política unificada com o objectivo de concorrer às eleições para a Assembleia Nacional, que foram marcadas para Novembro de 1945. Ingenuamente, ou talvez não, os republicanos portugueses acreditaram na possibilidade de derrubar o regime através do voto popular. A plataforma política oposicionista recebeu o nome de Movimento de Unidade Democrática (MUD) e rapidamente se estendeu às colónias.

Em Angola, o dia da vitória dos Aliados sobre a Alemanha foi efusivamente comemorado pelos colonos brancos, nomeadamente em Luanda. O comércio encerrou as portas e a população branca da

---

<sup>1</sup> *A Província de Angola*, n.º 6.097, de 15 de Novembro de 1945, p. 1; *A Província de Angola*, n.º 6.098, de 16 de Novembro de 1945, pp. 1-4. Cf. PIMENTA, Fernando Tavares, *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*. Porto: Afrontamento, 2010, pp. 79-84.

<sup>2</sup> MEDINA, João (Dir. de). *História de Portugal. Vol. 13: O Estado Novo (II)*, Amadora: Clube Internacional do livro, 1995. Entre os fundadores do MUD contava-se um jovem angolano, então estudante de engenharia civil na Universidade do Porto, Fernando Falcão, que depois veio a ser um dos líderes do nacionalismo euro-africano em Angola. Veja-se AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Fernando Gonçalves Magalhães Falcão, Processo 841/47, 2600.

<sup>3</sup> *A Província de Angola*, n.º 6.054, de 25 de Setembro de 1945, p. 1.

capital angolana, liderada por António Videira, desfilou pelas ruas da cidade, empunhando bandeiras de Portugal e das Nações Unidas e dando vivas à liberdade. A manifestação dos populares prestou homenagem aos Cônsules britânico, norte-americano, brasileiro, holandês, belga e francês. António Videira foi recebido pessoalmente pelos Cônsules da Grã-Bretanha e da França. Os estudantes do Liceu Salvador Correia também percorreram as ruas e deram vivas aos representantes das “Nações Unidas”. Na imprensa, António Videira celebrou o dia da vitória Aliada como o dia da vitória da liberdade:

Liberdade dos países oprimidos; liberdade económica, social e política; liberdade de consciência, de pensamento e de opinião<sup>4</sup>.

Nos meses seguintes, os colonos desenvolveram uma intensa actividade política de denúncia dos problemas da colónia. Aliás, a censura não conseguiu impedir a publicação de pesadas críticas à administração colonial. Por exemplo, os colonos denunciaram abertamente alguns dos principais entraves ao desenvolvimento económico da colónia, tais como a deficiência dos transportes terrestres e a insuficiência daqueles marítimos ou o reduzido orçamento de Angola. Esta última denúncia era especialmente significativa, pois desmontava o mito da “boa” administração financeira de Salazar. De facto, Angola apresentou saldos positivos na sua balança desde 1931, data em que o governo português estabeleceu que a colónia teria de viver com as “suas próprias receitas”. Mas esses saldos positivos eram uma ilusão porque o orçamento da colónia não atendia minimamente às necessidades financeiras dos serviços públicos. Portanto, levavam-se sistematicamente as previsões das receitas aos extremos

---

<sup>4</sup> *A Província de Angola*, n.º 6.937, de 10 de Maio de 1945, p. 1.

máximos e reduziam-se as despesas aos extremos mínimos, com a prévia certeza de que as verbas inscritas no orçamento eram insuficientes para o funcionamento normal da administração pública. Comprometia-se assim seriamente o desenvolvimento económico e social de Angola<sup>5</sup>.

No plano propriamente político, os colonos procuraram contribuir para o derrube da ditadura salazarista mediante a constituição duma formação política democrática na colónia. Foi assim que surgiu um movimento local denominado Aliança Democrática de Angola, que se enquadrava no âmbito duma plataforma política maior, a Frente Nacional Anti-Fascista Portuguesa (FNAFP). A Aliança Democrática de Angola foi fundada, provavelmente, em Setembro de 1945 por alguns colonos republicanos e antigos deportados políticos (por exemplo, João de Deus Fidalgo Afonso, Tenente João da Encarnação Abelha, etc.) e era dirigida por uma Comissão Central Provisória, da qual era Vice-Presidente Eugénio Ferreira. Este era um advogado de recente instalação em Angola, mas que depressa criou fortes ligações ao território, inclusive de ordem familiar, pois casou com uma mestiça. Eugénio Ferreira era também o Vice-Presidente da Sociedade Cultural de Angola (SCA)<sup>6</sup>.

A Aliança Democrática de Angola tinha como objectivo agrupar todos os democratas e liberais de Angola, a fim de lutar pelo derrube do Estado Novo, em ligação com a oposição democrática metropolitana<sup>7</sup>. A este respeito, é de assinalar que a Aliança Democrática de Angola surgiu de forma independente do Movimento de Unidade

---

<sup>5</sup> *A Província de Angola*, n.º 5.991, de 13 de Julho de 1945, p. 1; *A Província de Angola*, n.º 6.035, de 3 de Setembro de 1945, p. 1.

<sup>6</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Eugénio Bento Ferreira, Processo 289/51, 2681; AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Eugénio Bento Ferreira, Processo 53686, 8912.

<sup>7</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Eugénio Bento Ferreira, Processo 289/51, 2681; AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Eugénio Bento Ferreira, Processo 53686, 8912.

Democrática (MUD). Portanto, a Aliança Democrática de Angola foi o produto da política local e constituiu um sinal de que alguns sectores dos colonos estavam à procura de uma certa autonomia de acção em relação à oposição democrática portuguesa. O próprio nome da organização – a sua referência específica a Angola - é revelador dos intuítos “autonomistas” dos seus fundadores.

Com efeito, a Aliança Democrática de Angola deu “indicações” claras de que pretendia lutar pela autonomia da colónia em relação à metrópole, mesmo a custo de entrar em “colisão” com a oposição democrática metropolitana. Disso é revelador a (escassa) propaganda política publicada por esse movimento. Assim, a Aliança Democrática de Angola publicou um manifesto intitulado “Alerta Povo de Angola”, no qual fez uma pesada crítica não só à ditadura, mas também à administração colonial portuguesa em geral. Aliás, é muito significativo do ponto de vista político o facto do manifesto ser dirigido ao “Povo de Angola”. Trata-se de mais um sinal de que uma parte dos colonos tinha adquirido a consciência política de formar um colectivo distinto daquele metropolitano. Porém, foi precisamente a publicação desse manifesto que provocou a desagregação do movimento. Os colonos mais moderados e os recém-chegados ao território não aprovaram a publicação do documento e decidiram abandonar a Aliança Democrática de Angola. Entre estes estava Eugénio Ferreira, que aderiu então ao Movimento de Unidade Democrática. Enfraquecida politicamente por múltiplos abandonos, a Aliança Democrática de Angola acabou por dar a sua adesão política ao MUD<sup>8</sup>.

Em Angola, o MUD foi constituído numa reunião de colonos republicanos no Clube Naval de Luanda, em 15 de Outubro de 1945. Nessa reunião, presidida por António Videira, foi decidido formar

---

<sup>8</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Eugénio Bento Ferreira, Processo 289/51, 2681; AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Eugénio Bento Ferreira, Processo 53686, 8912.

uma Comissão Executiva do MUD, liderada por António Simões Raposo, que era um dos dirigentes mais influentes da maçonaria local<sup>9</sup>. Foi também decidido concorrer às eleições legislativas com uma lista composta por António Videira, Cunha Leal e António Durães, o último dos quais era Presidente da Câmara Municipal de Benguela e representava os “interesses” do Centro-Sul de Angola. O MUD recebeu ainda o apoio do máximo expoente da Igreja Católica em Angola, o Arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho<sup>10</sup>.

O MUD angolano fez uma campanha centrada no tema das liberdades cívicas e dos direitos políticos dos cidadãos. A este respeito, é indispensável ter em consideração que qualquer campanha eleitoral num território colonial apresenta necessariamente especificidades e, sobretudo, limitações em relação ao processo eleitoral na metrópole. Desde logo, porque o controlo exercido pelas autoridades sobre as candidaturas é muito mais apertado na colónia do que na metrópole. Depois, porque o regime colonial procura sob todas as formas dar a ideia de unidade no seio do núcleo colonial branco, impedindo a realização de qualquer iniciativa que transmita à população indígena a existência de divisões no seio da minoria branca. Por isso, as sessões de propaganda política eram sempre realizadas em locais fechados, devidamente recintados, longe dos olhares dos indígenas, sendo permitido o acesso apenas à minoria com direitos de cidadania, ou seja brancos, mestiços e negros assimilados.

Foi portanto neste contexto e com estas “regras” que a oposição levou a cabo a sua propaganda política. Neste sentido, o MUD realizou um conjunto de reuniões políticas nos principais centros urbanos e nalgumas localidades menores do território. Em 21 de

---

<sup>9</sup> A Comissão do MUD em Angola era formada pelos advogados Simões Raposo, António Videira e Alvares Carvalho e pelos médicos Lopes da Cruz e Machado Faria. AN/TT, AOS/CO/PC – 3I, Democratas de Angola e as eleições legislativas (1945).

<sup>10</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Eugénio Bento Ferreira, Processo 53686, 8912.

Outubro de 1945, houve uma concorrida reunião de democratas de Benguela, que resultou na constituição duma Comissão Eleitoral local da oposição, que reunia o Presidente da Associação Comercial de Benguela e um representante dos nativos<sup>11</sup>. No Huambo, a oposição formou um “centro” político denominado Centro Republicano Norton de Matos, que dispunha duma comissão de propaganda constituída, entre outros, pelo Presidente da Rádio Clube. Os democratas do Huambo realizaram várias sessões políticas nas principais localidades do distrito<sup>12</sup>.

Claramente, a União Nacional também apresentou uma lista às eleições legislativas de Novembro de 1945, mas que foi rapidamente retirada por se ter verificado não recolher o consenso dos colonos. Em sua substituição, a União Nacional patrocinou o aparecimento duma lista independente denominada “Lista de Angola”, a qual era liderada pelo Capitão Henrique Galvão. A “Lista de Angola” foi apresentada pelo então Ministro das Colónias, Marcelo Caetano, no estúdio da Rádio Clube de Angola, em 25 de Outubro de 1945<sup>13</sup>. Durante a campanha eleitoral, Henrique Galvão distinguiu-se pela defesa intransigente dos interesses dos colonos. Como tal, reivindicou:

Reclamamos na ordem política mais larga descentralização de governo e de serviços; maior participação por parte dos colonos na governação da colónia. Revisão por consequência das leis fundamentais – Carta Orgânica e Reforma Administrativa. Reclamamos a perfeita igualdade de direito entre os portugueses nascidos na metrópole e os portugueses nascidos na colónia<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> *A Província de Angola*, n.º 6.077, de 22 de Outubro de 1945, p. 4.

<sup>12</sup> *A Província de Angola*, n.º 6.085, de 1 de Novembro de 1945, p. 1.

<sup>13</sup> *A Província de Angola*, n.º 6.080, de 25 de Outubro de 1945, p. 1.

<sup>14</sup> GALVÃO, Henrique, *Por Angola (Quatro anos de actividade parlamentar)*. Lisboa: Edição do Autor, 1949, p. 24.



A campanha eleitoral foi contudo afectada pela decisão do MUD de não concorrer às eleições, em sintonia com o que tinha sido decidido pela oposição democrática na metrópole. A decisão foi tomada a 3 de Novembro de 1945, numa reunião em Luanda, que foi radiodifundida pela Rádio Clube de Angola. Nessa reunião, António Simões Raposo leu o manifesto da Comissão Executiva da Oposição, um longo documento de crítica ao Estado Novo. António Videira encerrou a sessão, denunciando o ambiente de “liberdade condicionada” concedido pelo regime para a realização de eleições, que não se coadunava com o espírito da democracia<sup>15</sup>. Esta denúncia deu origem a uma resposta pública da parte do Governador-geral de Angola, que refutou a acusação de censura eleitoral e de “moléstia” dos opositoristas<sup>16</sup>.

Muito embora tenha desistido de concorrer às eleições legislativas, a oposição democrática continuou a efectuar sessões de esclarecimento político em vários centros urbanos, que culminaram numa grande reunião em Luanda, em 15 de Novembro de 1945. Nesta reunião participaram opositoristas provenientes de vários pontos da colónia, nomeadamente de Benguela, do Huambo e do Lubango. O manifesto da Comissão Executiva do MUD foi novamente lido, tendo a sessão terminado com uma “profissão de fé” na República<sup>17</sup>.

Findo, porém, o período eleitoral, o MUD angolano desapareceu em termos políticos, não efectuando outras sessões, nem fazendo qualquer tipo de propaganda. Seguramente, o ambiente político não era favorável à oposição, tanto mais que a ditadura não só redobrou a vigilância política sobre a população, como potenciou os mecanismos de repressão, nomeadamente a censura. De resto,

---

<sup>15</sup> *A Província de Angola*, n.º 6.088, de 5 de Novembro de 1945, p. 4.

<sup>16</sup> *A Província de Angola*, n.º 6.089, de 6 de Novembro de 1945, p. 1.

<sup>17</sup> *A Província de Angola*, n.º 6.098, de 16 de Novembro de 1945, p. 4.

também na metrópole se assistiu ao refluxo da oposição, que culminou na ilegalização do MUD em Março de 1948.

## **As Eleições Presidenciais de 1958**

As eleições presidenciais de 1958 suscitaram um forte debate político em Angola, despertaram consciências adormecidas, permitiram uma organização da oposição e demonstraram o fraco consenso político do regime entre os colonos. A população branca – que tinha crescido muito em relação a 1945 – exprimiu o seu descontentamento em relação à administração portuguesa e as suas renovadas pretensões relativas ao controlo do Estado colonial. A este respeito, foi notório o apoio das elites brancas aos candidatos da oposição - General Humberto Delgado e Dr. Arlindo Vicente.

Neste sentido, em Luanda, foi constituída uma Comissão Executiva da Candidatura de Humberto Delgado, que funcionou sob a presidência do engenheiro António Garcia Castilho, importante empresário da capital angolana. A Comissão integrou outros nomes de relevo na colónia, por exemplo o engenheiro José Vilhena Borrego e o Dr. Miguel Nepomuceno<sup>18</sup>. Na Huíla, a candidatura de Humberto Delgado foi apoiada pelo Comandante Venâncio Guimarães Sobrinho, que era o maior empresário do Sul de Angola. Em Benguela foi igualmente constituída uma Comissão de Candidatura de Humberto Delgado (28 de Maio de 1958), sob a liderança do empresário Manuel Brazão Farinha<sup>19</sup>. Paralelamente, foi constituída uma Comissão de Candidatura de Arlindo Vicente em Luanda, por iniciativa do advogado Manuel João Palma Carlos, que veio expressamente de Lisboa

---

<sup>18</sup> *A Província de Angola*, n.º 9.839, de 9 de Maio de 1958, p. 1.

<sup>19</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana, Processo 515-Sr/61, 3059 (informação sobre o engenheiro Manuel Brazão Farinha).

para esse fim. Palma Carlos delegou os seus “poderes” no advogado Eugénio Ferreira, que assumiu a presidência da Comissão<sup>20</sup>. Refira-se que essa Comissão era composta na sua maioria por intelectuais progressistas pertencentes (ou próximos) à Sociedade Cultural de Angola, nomeadamente Julieta Gandra, Calazans Duarte, Francisco Louro, Amadeu Brandão, etc. De facto, Arlindo Vicente era considerado o candidato dos sectores mais à esquerda da oposição portuguesa e representava uma ruptura maior com a ditadura e com o regime colonial. Como tal, muitos dos jovens intelectuais brancos da capital angolana deram também o seu apoio à candidatura de Arlindo Vicente<sup>21</sup>. No Lobito formou-se uma outra Comissão de Candidatura de Arlindo Vicente presidida pelo engenheiro Fernando Falcão, conhecido empresário da região. Faziam parte desta comissão alguns empresários (arquitecto Castro Rodrigues, engenheiro Morgado de Azevedo, etc.) e intelectuais (Luís Portocarrero). Saliente-se que Fernando Falcão foi o único angolano a assumir um cargo de presidência numa comissão de candidatura, pois todos os outros presidentes eram portugueses, ainda que com fortes ligações à colónia desde a década de 1940<sup>22</sup>.

A campanha eleitoral começou em 11 de Maio de 1958. O primeiro acto da Comissão de Candidatura de Humberto Delgado de Luanda foi assegurar a uniformidade dos boletins de voto de todos os candidatos em Angola, de modo a garantir que o voto fosse realmente secreto. Entre as acções políticas promovidas pelas várias comissões de candidatura, é de destacar a sessão de propaganda da comissão de Humberto Delgado no estádio de patinagem da Ilha de

---

<sup>20</sup> *A Província de Angola*, n.º 9.841, de 12 de Maio de 1958, p. 10.

<sup>21</sup> *A Província de Angola*, n.º 9.846, de 17 de Maio de 1958, p. 4. Cf. PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006.

<sup>22</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Fernando Gonçalves Magalhães Falcão, Processo 993, 1021 (1.º Volume).

Luanda em 29 de Maio de 1958. Para além dos dirigentes de Luanda, participaram nessa sessão elementos das comissões distritais da candidatura de Humberto Delgado, nomeadamente Manuel Brazão Farinha. Depois de prestada uma homenagem à memória de António Videira, foi transmitida uma mensagem de Humberto Delgado à população de Angola. O principal orador foi António Garcia Castilho, que denunciou os problemas da colónia, afirmando que eles não poderiam continuar a ser resolvidos “nos salões do Ministério do Ultramar”. E salientou também alguns dos falhanços económicos da administração colonial, em especial os fracassos na construção do Colonato da Cela e do Caminho de Ferro do Congo<sup>23</sup>.

Em 31 de Maio de 1958 foi tornada pública pela imprensa a notícia oficial da desistência de Arlindo Vicente a favor de Humberto Delgado. A sua desistência permitiu uma articulação política entre as duas “oposições” nos últimos dias da campanha eleitoral. Em 3 de Junho de 1958, uma sessão de propaganda da oposição (unida) encheu o estádio da Ilha de Luanda. Nessa sessão estiveram presentes dirigentes da antiga comissão de Arlindo Vicente: Eugénio Ferreira, Julieta Gandra, Calazans Duarte. António Garcia Castilho manteve a liderança da Comissão de Candidatura e o seu discurso teve um grande impacto político e mediático. António Garcia Castilho denunciou textualmente que o Estado Novo tinha tirado a liberdade de pensamento aos cidadãos e apelou ao voto no candidato da oposição<sup>24</sup>. A oposição realizou ainda várias sessões de propaganda noutros pontos da colónia, em especial nos distritos de Benguela e de Moçâmedes<sup>25</sup>. A Comissão de Candidatura de Américo Tomaz, presidida por Baborro Sequeira, também realizou diversas sessões

---

<sup>23</sup> *A Província de Angola*, n.º 9.857, de 30 de Maio de 1958, pp. 4 e 8.

<sup>24</sup> *A Província de Angola*, n.º 9.861, de 4 de Junho de 1958, p. 4.

<sup>25</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angola, Processo 515-Sr/61, 3059. Cf. *A Província de Angola*, n.º 9.861, de 4 de Junho de 1958, p. 4.

de propaganda, que contaram com a participação do Governador-Geral, Horácio de Sá Viana Rebelo, e do Secretário Provincial da União Nacional, Francisco Avelar Maia Loureiro<sup>26</sup>.

Ao nível da propaganda eleitoral não temos conhecimento da realização de outras iniciativas, nem tão pouco da existência de cartazes ou de manifestos de campanha. Tal como em 1945, o regime colonial tomou as medidas necessárias para evitar a contaminação política da população indígena pela campanha eleitoral da oposição. Daí que fosse permitido à oposição realizar as suas sessões de propaganda fundamentalmente em locais fechados, ou pelo menos recintados, e de difícil acesso aos indígenas.

O acto eleitoral decorreu em 8 de Junho de 1958 e deu a vitória na metrópole e nas colónias ao candidato apoiado por Salazar, Américo Tomaz. A oposição denunciou a existência de fraude eleitoral por parte do regime. Independentemente disso, Humberto Delgado obteve nas duas maiores colónias portuguesas uma percentagem de votos superior à da metrópole: 34,05% em Moçambique e 31,73% em Angola. Em Moçambique, Delgado venceu em vinte um distritos eleitorais, incluindo a cidade da Beira e a maior parte dos distritos setentrionais, obtendo um total de 6.069 votos. Américo Tomaz ganhou em oitenta e oito distritos eleitorais, obtendo 11.756 (65,95%) dos 17.825 votos. Porém, o Cônsul Geral Britânico em Lourenço Marques teve informações seguras, por parte do seu congénere sul africano, de que os resultados na capital moçambicana tinham sido falsificados<sup>27</sup>. Em Angola, estavam recenseados 56.020 eleitores, pouco mais de 1% dos quatro milhões e meio de angolanos. Era um número muito exíguo, mesmo se atendermos só às dimensões da população considerada civilizada – cerca de 275.000 mil efectivos em

---

<sup>26</sup> *A Província de Angola*, n.º 9.8610, de 3 de Junho de 1958, p. 1.

<sup>27</sup> PRO, FO 371/131635, *Internal Political Situation in Portuguese Africa*, 1958.

1960<sup>28</sup>. Nesta altura, viviam na colónia à volta de 172.000 brancos, 53.000 mestiços e outros tantos assimilados negros que gozavam da cidadania portuguesa. Isto significa que o corpo eleitoral não abrangia sequer um terço da população branca. No total, Humberto Delgado obteve 10.375 votos, contra 22.314 de Américo Tomaz<sup>29</sup>.

No entanto, o dado mais relevante foi a vitória esmagadora do candidato da oposição no distrito de Benguela, onde recebeu 2.599 votos contra 1.296 para o candidato da ditadura, num total de 3.895 votos. Humberto Delgado venceu também na cidade de Sá da Bandeira (Lubango), onde teve o apoio de Venâncio Guimarães Sobrinho, mas perdeu no cômputo geral do distrito da Huíla (1.049 votos contra os 1.738 de Américo Tomaz). Em Moçâmedes, Humberto Delgado também perdeu por pouco, 665 votos contra 790 para o candidato do regime. No distrito de Luanda, Américo Tomaz bateu por um punhado de votos Humberto Delgado, 3.066 votos contra os 2.998 do candidato da oposição. Saliente-se, porém, que o candidato da oposição ganhou nas zonas urbanas do Município de Luanda. Américo Tomaz obteve as suas principais vitórias nos distritos do interior, sobretudo nos meios rurais, onde a oposição não tinha possibilidade de controlar o escrutínio eleitoral. Por exemplo, Américo Tomaz recebeu 992 votos contra apenas 1 para Humberto Delgado no distrito diamantífero da Lunda, onde era muito forte a influência da DIAMANG. Em todo o caso, a vitória da oposição em Benguela e os bons resultados em Luanda, Sá da Bandeira e Moçâmedes fizeram “estremecer” o poder colonial. Os colonos deram um sinal

---

<sup>28</sup> A maioria da população negra era regulada por legislação específica, nomeadamente pelo Estatuto do Indigenato. Os indígenas eram meros “sujeitos coloniais” e não tinham direitos de cidadania. Somente uma escassa minoria, os chamados assimilados, tinha acesso à cidadania portuguesa e, embora de forma não automática, ao direito de voto. O Estatuto do Indigenato foi abolido em Setembro de 1961.

<sup>29</sup> PRO, FO 371/131635, *Internal Political Situation in Portuguese Africa*, 1958.

claro da sua insatisfação política em relação à administração colonial portuguesa<sup>30</sup>.

## A Frente de Unidade Angolana (FUA)

A história da Frente de Unidade Angola (FUA) representa um caso muito diferente dos casos referidos atrás. Isto porque a FUA não foi uma mera comissão eleitoral da oposição, mas sim um movimento nacionalista formado por brancos e mestiços angolanos e que almejou a independência de Angola. Fundada no início de 1961, em Benguela, a FUA apresentou à população angolana o seu Manifesto Político, intitulado *À População de Angola*, em 5 de Abril de 1961. Nesse manifesto, a FUA reclamou:

Reformas de estrutura indispensáveis para que Angola possa rapidamente dispor de si mesma, deliberar sobre os seus próprios problemas, resolvê-los, e tomar o lugar que lhe compete no conjunto das nações<sup>31</sup>.

Assim, a FUA apelou ao exercício duma pressão constante sobre a governação salazarista e condenou o recurso à violência da parte quer do regime colonial, quer dos movimentos nacionalistas, nomeadamente da UPA. Deste modo, a FUA pediu o apoio de toda a população angolana para a causa da emancipação e apresentou-se como movimento cívico, sem filiação partidária, e defensor da

---

<sup>30</sup> AOS/CO/PC – 51<sup>A</sup>, Pasta 8, Relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola, 1958; *A Província de Angola*, n.º 9.865, de 10 de Junho de 1958, p. 1; *A Província de Angola*, n.º 9.867, de 13 de Junho de 1958, p. 1. Em Sá da Bandeira, Humberto Delgado teve 587 votos contra 560 de Américo Tomaz.

<sup>31</sup> Manifesto Político da FUA, *À População de Angola*, incorporado em: AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059.

unidade de todos os habitantes do território, sem distinção de raça. Reivindicou também a libertação de todos os presos políticos, a realização de eleições gerais, com inteira liberdade de propaganda e ampla representação de todas as tendências políticas, e a formação de um governo autónomo de Angola. Reclamou ainda o reconhecimento e o respeito da parte do regime colonial pelas liberdades de consciência, de religião, de imprensa, de reunião e de associação.

Na realidade, a conjuntura crítica, provocada pelo início da guerra colonial e concomitante crise da autoridade portuguesa em Angola, proporcionou um breve momento de “respiro político” à FUA. Momento esse que o movimento aproveitou para mobilizar a população – sobretudo a branca – para a sua causa. Para o efeito, a FUA usou os meios de comunicação que tinha à sua disposição no distrito de Benguela, nomeadamente o *Jornal de Benguela* e a Rádio Clube de Benguela, o último dos quais chegou a ser controlado por uma comissão do movimento. Além disso, a FUA realizou um abaixo-assinado – com 1200 subscritores – dirigido ao Ministro do Ultramar, no qual exigiu a autodeterminação de Angola. De passagem por Benguela, em Maio de 1961, Adriano Moreira, na qualidade de Ministro de Ultramar, acedeu a uma reunião com os dirigentes da FUA. A reunião foi precedida por uma “manifestação pública” da FUA, que convocou – através dos microfones da Rádio Clube de Benguela – alguns milhares de manifestantes brancos, negros e mestiços para uma demonstração junto ao Palácio do Governador<sup>32</sup>. Os dirigentes da FUA expuseram ao Ministro do Ultramar “a conveniência da autodeterminação” de Angola. Por sua vez, Adriano Moreira ouviu atentamente os representantes da FUA, mas achou

---

<sup>32</sup> MAUGIS, Marie-Therese, “Entretien avec des pied-noirs angolais”, *Partisans*, n.º 7, Nov-Dez. 1962, pp. 92-99; AA.VV, “Facts about the Angolan United Front”, *Présence Africaine* (English Ed.), vol, 17, n.º 45, p. 170; DÁSKALOS, Sócrates, *Um testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo*, Lisboa: Vega, 2000, pp. 87-88.



pouco concreta a exposição, pelo que pediu à referida delegação que elaborasse um “trabalho de pormenor em que se debatessem os objectivos a atingir e os meios que julgava necessários para esse fim”. A FUA aceitou o repto do Ministro do Ultramar e começou a trabalhar na elaboração desse projecto de autodeterminação de Angola<sup>33</sup>.

No entanto, a situação política sofreu uma profunda mudança com a chegada do primeiro contingente militar português a Benguela, poucos dias depois da partida de Adriano Moreira, o que fragilizou a posição da FUA<sup>34</sup>.

A FUA tentou então “jogar uma última cartada” política, procurando o apoio político internacional do Brasil, cujo Presidente, Jânio Quadros, simpatizava com a causa da emancipação de Angola<sup>35</sup>. Aliás, o Brasil procurava encetar uma estratégia de liderança política no Atlântico Sul<sup>36</sup>. Deste modo, Jânio Quadros incumbiu o Embaixador do Brasil em Lisboa, Negrão de Lima, da realização duma “visita de cortesia” a Angola, a qual teve lugar entre 25 de Maio e 6 de Junho de 1961<sup>37</sup>. Negrão de Lima visitou as cidades de Luanda, Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Moçâmedes, Lobito e Benguela, com o objectivo de “contactar não só com entidades oficiais, mas também com os mais qualificados representantes das diversas actividades de Angola”<sup>38</sup>. Neste âmbito, foi realizado um encontro secreto entre os dirigentes da FUA e o Secretário da Embaixada do Brasil, o Dr. Costa e Silva.

---

<sup>33</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059 (veja-se em especial a folha n.º 70 desse processo).

<sup>34</sup> DÁSKALOS, Sócrates, *Ob. Cit.*, 2000, p. 89.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 85.

<sup>36</sup> SCHNEIDER, Ronald M., *“Order and progress”. A political history of Brazil*, San Francisco: Westview Press, 1991, pp. 202-203.

<sup>37</sup> ANGOLA, Associação Industrial de, “O Embaixador do Brasil no Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura de Luanda”, *Boletim da Associação Industrial de Angola*, n.º 48, Maio a Julho de 1961, pp. 29-33.

<sup>38</sup> *Idem*, pp. 29-30.

No entanto, o Secretário da Embaixada, embora concordasse com os objectivos da FUA, respondeu aos representantes angolanos que o Brasil só poderia colaborar moralmente nessa acção, visto que o governo brasileiro mantinha relações diplomáticas muito amistosas com Portugal<sup>39</sup>. O diplomata brasileiro sugeriu ainda que a FUA actuasse em conjunto com o MPLA<sup>40</sup>. A 3 de Junho de 1961, Negrão de Lima deixou Benguela, sem que tivesse dado um sinal explícito de apoio à FUA. A “jogada tinha falhado”.

Neste contexto, a 4 de Junho de 1961, na sequência do desembarque de tropas metropolitanas, a PIDE deu início a uma acção policial de desmantelamento da FUA. A maioria dos dirigentes foi presa e enviada para Luanda, tendo sido posteriormente deportada para a metrópole. Em 1962, porém, alguns desses dirigentes conseguiram fugir para França, onde deram vida a um Comité Político da FUA no Exílio. O Comité, presidido por Sócrates Dáskalos, um professor liceal, desenvolveu uma intensa actividade de propaganda, mediante a publicação de comunicados na imprensa, nomeadamente nos jornais *Le Monde* e *Jeune Afrique*. O Comité da FUA realizou também um número significativo de conferências e de entrevistas em França e na Bélgica, escreveu cartas a vários Chefes de Estado e apresentou um memorando à Organização das Nações Unidas (ONU), onde denunciou a repressão colonial portuguesa em Angola<sup>41</sup>. A FUA publicou ainda um *Programa e Estatutos* e um jornal intitulado *Kovaso* que, em umbundu, língua predominante no Planalto Central de Angola, significava “avante”, “para a frente”. Este jornal foi publicado em Paris e, mais tarde, em Argel, para

---

<sup>39</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059.

<sup>40</sup> Sócrates Dáskalos, *Ob. Cit.*, 2000, p. 85.

<sup>41</sup> United Nations General Assembly, *Petition from Socrates Mendonça de Oliveira Daskalos, Chairman Frente de Unidade Angolana Concerning Angola*, A/AC. 109/PET.53 March 7<sup>th</sup> 1963.

onde o Comité se transferiu em Janeiro de 1963. Além disso, a FUA publicou um manifesto que teve alguma repercussão mediática, a chamada *Carta Aberta aos Brancos de Angola*. Este documento denunciou a exploração dos recursos económicos e da população angolana pelo grande capital português e internacional, representado por empresas como a DIAMANG, a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, a PETRANGOL, a Companhia de Manganês, a Companhia Mineira do Lobito, a CADA, a Companhia Agrícola do Cazengo, a Companhia Geral dos Algodões, etc. Nessa *Carta Aberta*, a FUA procurou demonstrar que a dominação colonial portuguesa servia apenas os interesses dos monopólios estrangeiros e que era prejudicial a todos os habitantes de Angola, inclusive aos brancos. Por isso, a FUA apelou à população branca para que tomasse parte activa na luta pela independência<sup>42</sup>.

Paralelamente, uma rede clandestina assegurava as comunicações entre o Comité da FUA no Exílio e o “núcleo” do movimento que resistia no interior de Angola, em especial nos distritos de Benguela, Huambo, Cuanza Sul e Huíla. As comunicações eram feitas via Lisboa (Casa dos Estudantes do Império) ou via Brasil. Neste país sul americano avultou a figura do engenheiro Mira Dores, que colaborou na publicação do jornal *Portugal Democrático* e participou num programa televisivo contra a política colonial portuguesa. Mira Dores desenvolveu as suas actividades no quadro de um movimento de portugueses, brasileiros e angolanos residentes no Brasil que reclamou a independência de Angola: o Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA). O MABLA apoiou a luta nacionalista do MPLA, mas serviu, durante algum tempo, de plataforma de divulgação da propaganda dos nacionalistas brancos no exílio. Neste sentido, grande parte dos comunicados, panfletos e infor-

---

<sup>42</sup> PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola: Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008, pp. 244-259.

mações da FUA eram expedidos para Angola a partir do Brasil. O próprio jornal *Kovaso* chegou a ter uma certa difusão (clandestina) em Angola graças à acção do MABLA e de outros nacionalistas angolanos exilados no Brasil. O Caminho de Ferro de Benguela funcionou como via privilegiada de penetração da propaganda da FUA em Angola, que entrava na colónia – vinda do Brasil – pelo porto do Lobito<sup>43</sup>.

No entanto, em meados de 1963, o movimento sofreu um rude golpe com a prisão da maioria dos seus membros no Huambo e o desmantelamento pela PIDE da rede de comunicações com o exterior, que funcionava no Porto do Lobito e no Caminho de Ferro de Benguela. Ao mesmo tempo, em Argel, a FUA foi duramente atacada – em termos políticos – quer pela FNLA, quer pelo MPLA, o que provocou forte tensões no seio do Comité no Exílio. Face a isto, os dirigentes decidiram a dissolução do Comité Director no Exílio em Agosto de 1963. Da FUA subsistiram em estado latente apenas alguns grupos dispersos no interior da colónia, que só se voltaram a reunir num movimento organizado já depois do 25 de Abril de 1974<sup>44</sup>.

Não obstante isto, a FUA representou um marco extremamente significativo na história do nacionalismo angolano. A sua produção ao nível da propaganda política foi considerável. Porém, essa propaganda foi produzida fundamentalmente fora da colónia, ou seja no exílio, na medida em que o regime colonial nunca permitiu o livre debate de ideias, nem tão pouco a realização de propaganda nacionalista em Angola. Daí também que a circulação dessa propaganda tivesse sido efectuada de forma clandestina, sendo motivo de prisão para os seus promotores ou meros detentores. No entanto,

---

<sup>43</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA), Processo 435/61.

<sup>44</sup> PIMENTA, Fernando Tavares, *Ob. Cit.*, 2008, pp. 256-259 e 375-378.

apesar destas limitações, a FUA conseguiu montar uma rede relativamente eficaz de distribuição de propaganda, facto apreciável e que demonstra uma significativa capacidade de organização clandestina por parte desse movimento, muito diferente aliás das comissões eleitorais da oposição formadas em 1945 e em 1958.